



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

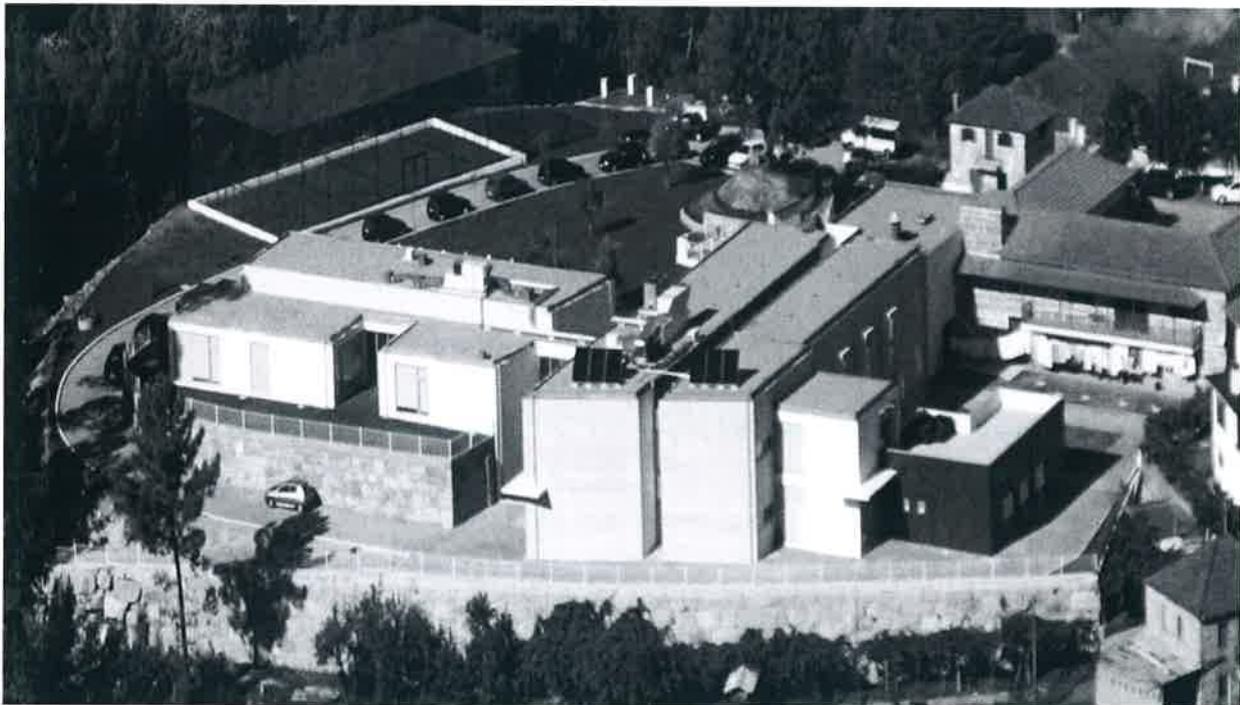
4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva
Pessoa coletiva n° 504 650 939

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018

Relatório de Gestão e Contas

2018

Guilherme Esteves



Centro Social de Santa Maria de Sardoura



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n° 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

INDICE

A- RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

Relatório de Gestão.

Explicitação Contas:

1. Ativo,
2. Fundos Patrimoniais e Passivo;
3. Rendimentos
4. Gastos
5. Resultado Líquido do Exercício
6. Perspetivas Futuras

B – ANEXOS

Balanço em 31 dezembro 2018
Demonstrações Resultados por Natureza
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Respetivos Anexos

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n.º 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

De acordo com o preceituado na lei, submete-se à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 do Centro Social de Santa Maria de Sardoura.

Tendo um compromisso com a política de qualidade, procuramos oferecer serviços humanizados e obter a confiança, compromisso e sentido de pertença dos/as nossos/as colaboradores/as, 2018 foi mais uma vez um ano que teve a sua atividade focada nos seguintes valores:

- Pessoas;
- Foco no/a Cliente;
- Melhoria Contínua;
- Motivação

Refira-se a diversidade e a abrangência das respostas sociais, serviços e projetos de intervenção sócio comunitária da Instituição, a saber:

- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
- Estrutura Residencial para Idosos (ERPI);
- Creche;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Prolongamento de Horário, na componente de Apoio à Família;
- Oficinas Inclusivas / Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social de Pessoas Portadoras de Deficiência e/ou Incapacidade (CAARPD);
- Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Apoio Sociopedagógico
- Refeições Escolares;
- Transporte escolar;
- Formação Profissional para Jovens, Adultos e Pessoas Portadoras de Deficiência e/ou incapacidades.
- Participação e Integração na Cooperatipaiva C.R.L;
- Oficinas Artesanais;
- Cantinas Sociais;
- Programa Operacional de Ajuda às Pessoas Mais Carenciada (POAPMC);
- P'los Trajetos da Vida (PTV);

Durante o ano de 2018, a taxa de 100% de ocupação da capacidade nas várias respostas e o elevado grau de satisfação demonstrado pelos/as clientes e/ou familiares, nas várias respostas sociais, são evidências, que atestam a qualidade do serviço efetuado pela Instituição.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n.º 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

Em resultado da análise dos indicadores, objetivos anuais definidos e reflexão/avaliação efetuada às várias respostas sociais e serviços/atividades, considera-se como aspetos muito positivos a salientar, os seguintes:

- O envolvimento dos/as responsáveis de serviços/processos;
- O desempenho e competência técnica dos/as colaboradores/as intervenientes;
- O dinamismo demonstrado pela direção nas parcerias estabelecidas com organismos da comunidade;
- Abrangência/diversidade ao nível das diferentes respostas sociais;
- Número de projetos de intervenção social implementados em termos de candidatura e desenvolvimento;
- O impacto dos projetos de formação profissional na dinâmica e no funcionamento da Instituição;
- O grau de consolidação e o esforço na otimização e adequação do Sistema de Gestão de Qualidade;
- Taxa de 100% de ocupação da capacidade nas várias respostas;

Reconhece-se que a estrutura e organização flexível da Instituição permite a diversificação das fontes de financiamento (Segurança Social, IEFP, Fundo Social Europeu, Autarquias, participações privadas, donativos e quotas), potenciando a dinamização da economia local, a empregabilidade, fixando as pessoas ao território, projetando projetos de vida sustentáveis e garante de níveis adequados de qualidade de vida (cerca 159 trabalhadores/as, 284 fornecedores com contas correntes abertas e 1 516 clientes).

Em termos de demonstração de resultados, e analisando a estrutura dos proveitos e dos custos, não podemos deixar de enfatizar o impacto social e económico da Instituição junto da Comunidade, pois o volume, a dimensão e fluxos financeiros aqui apresentados mostram um registo, uma dinâmica e uma vitalidade assinaláveis, com naturais repercussões junto da economia local desta zona geográfica (o movimento financeiro ultrapassou no presente ano os 5 120 000, 00 €).

Concretizando este conceito, e analisando as Demonstrações Financeiras da Instituição, fica demonstrado que a situação económica/financeira da Instituição é positiva, apresentando-se consolidada e pronta a responder a desafios e oportunidades futuras que possam surgir. Todo o immobilizado corpóreo e fundos patrimoniais existentes, bem como o circulante elencado no lado do Ativo mostram a vitalidade financeira da nossa Instituição e que esta, ao longo dos anos, tem potenciado o seu próprio crescimento e respondido eficazmente ao cumprimento da sua missão social.

Apesar dessa constatação, reconhecemos o peso e a dependência muito acentuada que a Instituição tem em relação à fonte de financiamento do Fundo Social Europeu e dos riscos e ameaças que a ela estão associados, não nos restando outra alternativa do que procurar ativar e mobilizar outro tipo de projetos e iniciativas, como seja projetos de base local e rural, criação e alargamento de projetos e serviços com muita procura e muita necessidade social, recorrendo e acedendo a mecanismos de responsabilidade social empresarial e à filantropia, como novas formas e novas fontes de financiamento.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n.º 504 650 939

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

Para o ano de 2018 e ao nível dos objetivos para as diferentes respostas sociais e serviços que a Instituição promove, foram elencados e identificados objetivos anuais que, em termos de concretização, importava, agora, refletir :

- Manter/Aumentar (sempre que exista capacidade para) o nº de clientes nas diferentes respostas;

Relativamente a este objetivo, a obtenção de uma taxa de 100% de ocupação nas várias respostas sociais é um dado sintomático que a Instituição é objeto de muita procura por parte da comunidade e que estes demonstram satisfação pelos serviços.

- Celebrar novos acordos com o Instituto de Segurança Social, I.P

Apesar de apresentadas 2 candidaturas ao Instituto de Segurança Social, através do PROCOOP – na área da Intervenção Precoce – Constituição das ELI – Equipas Locais de Intervenção e ao CAARPD, ainda não se obteve a decisão de aprovação ou indeferimento.

- Obter uma taxa de 95% de respostas de satisfação global com as respostas sociais e serviços do CSSMS;

No que concerne ao grau de satisfação dos/as clientes integrados/as nas respostas sociais, a meta estabelecida para 2018 foi superada, tendo sido obtido médias de respostas muito boas. Em todas as respostas sociais, a média foi superior a 4 – Concordo Muito, tendo variado entre a média mínima de 4.2 no serviço de prolongamento escolar e a máxima de 4.9, muito próxima de 5 – Concordo Totalmente, na resposta de Centro de Dia.

Numa lógica de melhoria contínua, procura-se desenvolver um trabalho de qualidade e que, essencialmente, vá ao encontro das necessidades do público-alvo, existindo recomendações e sugestões que serão levadas em linha de conta para melhoria do desempenho de cada serviço.

- Obter uma taxa igual ou inferior a 5% de desistências/rescisões de contratos por resposta/serviço por motivo imputável à Instituição/serviço

Do ponto de vista formal, não se verificaram reclamações, acabando por ser mais um indicador do grau de satisfação dos/as clientes com os nossos serviços. Todavia, e pela diversidade e multiplicidade de ações que surgem, quotidianamente, não há dúvidas que surgem, por vezes, situações desconfortáveis e geradoras de conflito que exigem esclarecimentos, diálogo e tomadas de posição que acabam por evitar consequências mais desagradáveis, como seja o registo formal dessas reclamações.

Quanto às desistências, foram registadas saídas nas diversas respostas da Instituição, mas por razões não imputáveis ao funcionamento da Instituição, como seja falecimento, mudança de residência, integração em outras respostas sociais, mudança de ciclo e transição para outros níveis de escolaridade.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n° 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

- Apresentar projetos inovadores nas áreas da intervenção da Instituição de acordo com os seus estatutos

Relativamente à apresentação de projetos na área de intervenção da instituição, o objetivo foi superado, uma vez que no presente ano foram apresentadas 8 candidaturas, correspondendo ao previsto. Assim, foram apresentadas várias candidaturas, no âmbito de programas de financiamento, nomeadamente ao POISE (medida 1.08 – Formação Modular para Empregados e Desempregados; medida 3.03 – Formação Modular para DLD; medida 3.01 - Qualificação de Pessoas Portadoras de Deficiência e/ou Incapacidade); IEFP (Medida Vida Ativa – Qualifica +); ao POCH (medida 3.2 – Cursos de Aprendizagem); ao banco BPI (na medida BPI Capacitar); e ao Instituto da Segurança Social (ISS) através do PROCOOP (na área da intervenção precoce – constituição das ELI – Equipas Locais de Intervenção; e ao CAARPD). Da totalidade destes projetos, apenas um não foi aprovado, relativo ao BPI Capacitar, indeferimento este justificado pela limitação da verba, uma vez que há um limite máximo para os prémios atribuídos, além de que se trata de um concurso de nível nacional. As duas candidaturas ao ISS, tratando-se de concursos públicos para financiamento das respetivas respostas, ainda não obtiveram a decisão de aprovação ou indeferimento.

Comparativamente com os anos anteriores, realizaram-se mais quatro candidaturas/projetos que em 2017, o que é revelador de um dos pontos fortes da Instituição que é a capacidade para apresentar projetos de intervenção social de qualidade, respondendo, assim, a muitas necessidades sentidas pela comunidade.

- Aumentar o número de Instituições parceiras e protocolos

Durante o ano de 2018, foram desenvolvidos cursos de formação profissional / projetos de combate à exclusão social, numa dinâmica de parceria consolidada com onze entidades distintas, (mais duas quando comparado com 2017), nomeadamente: Etapas Pioneiras - Centro de Estudos Alfabetismus, Ágito- Formação & Serviços Lda., Centro Social de Espadanedo, Junta de Freguesia de Santiago de Piães, Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Nogueira, Junta de freguesia de Tarouquela, Junta de Freguesia de Melres, Junta de Freguesia das Termas de S.Vicente, Junta de Freguesia de Alpendorada, Centro Saleziano - Arouca e Associação Comercial de Castelo de Paiva. As ações desenvolvidas foram ao abrigo da tipologia 3.01 (destinada a pessoas portadoras de deficiências e/ou incapacidades), assim como ao abrigo da tipologia 3.03 (formação modular para DLD's), 1.21 (POAPMC) e 1.08 (formação modular para empregados e desempregados) do POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego). Assim, consideramos satisfatório o resultado obtido, uma vez que alcançamos o objetivo previamente definido neste âmbito, e verifica-se uma crescente tendência de alargamento de serviços como entidade formadora. Ou seja, face ao ano anterior estabeleceu-se mais dois protocolos com entidades externas distintas.

Todas estas sinergias efetivadas demonstram a credibilidade que a Instituição adquiriu ao longo dos últimos anos, nomeadamente, a nível do conhecimento e da especialização que detém em relação a temáticas de Inclusão social direcionadas para os mais desprotegidos e excluídos.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n° 504 650 939

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018

- Melhorar as condições e infraestruturas dos diferentes edifícios que acolhem as respostas/serviços.

A afetação de um trabalhador de serviços gerais, com conhecimentos nas áreas da construção civil, pichelaria e pequenos arranjos domésticos, possibilita efetuar, diária e continuamente, diversas intervenções nos diferentes edifícios que acolhem as respostas sociais, possibilitando manter as instalações em bom estado de conservação e manutenção.

A readaptação de uma das salas de um edifício adquirido pela Instituição possibilitou o funcionamento de uma pastelaria, de uma sala para formação e de um mini bar de apoio à formação profissional e aos/às colaboradores/as da Instituição.

Não foi possível, ainda, em 2018 avançar com a construção de um pavilhão multiusos, que possibilite o funcionamento da carpintaria e de um espaço próprio para a manutenção e efetivação de serviços de mecânica.

- Reduzir os custos de manutenção/reparação com os veículos de transporte da instituição

Da análise do documento “Controlo de gastos com viaturas”, verifica-se que, comparativamente com o ano de 2017 houve uma diminuição de custos (2017- 44 745,76 €; 2018 – 42 611,34€). Apesar de não muito significativo (5%) crescem naturalmente em 2018 o desgaste natural de alguns veículos de transporte, com encargos dispendiosos a nível da reparação de motores, bombas injetoras e também derivado de alguns acidentes.

Reconhece-se que importava, no futuro, substituir algum parque automóvel, nomeadamente algumas carrinhas do SAD, pois encontram-se num processo de envelhecimento e de desgaste natural, acarretando, anualmente, custos acrescidos. Estiveram ao serviço da entidade 25 viaturas.

Para esta diminuição nos custos, cremos que a afetação de um recurso interno com competência na área de mecânica foi uma medida adequada, pois através do seu conhecimento e experiência, consegue evitar que estes custos tomem outras proporções mais desequilibradas. De referir que em 2018 o valor com aquisição de peças para os veículos representa 75% do custo total com conservação de equipamentos de transporte, sendo 5% para inspeções periódicas / licenças e os restantes 20% para serviços de mão-de-obra prestados pelas oficinas.

- Obter uma taxa de 70% de respostas de satisfação global dos/as colaboradores

No ano de 2018 foi aplicado um inquérito de satisfação aos/às colaboradores/as. O inquérito foi disponibilizado, pela primeira vez, a todos/as colaboradores/as e solicitada a sua adesão ao preenchimento do mesmo, de forma séria e fidedigna. Houve uma adesão de 70% dos/as colaboradores/as. A média de satisfação foi de 4 “Muito satisfeito”. O resultado demonstra um elevado grau de satisfação dos/as colaboradores/as com as suas funções e funcionamento geral da Instituição.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n.º 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

No que diz respeito aos Recursos Humanos e depois de auscultar os/as colaboradores/as quanto à necessidade de formação e depois dessa informação ter sido alvo de análise por parte da Direção, Diretora técnica /Responsável pelos recursos humanos e responsáveis dos setores, foram definidas 31 ações de formação, tendo sido todas realizadas. Como se tratou, na sua maioria, de formação financiada em Projetos formativos financiados pelo POISE, existiu outra influência para a concretização do projeto na sua íntegra.

Em relação aos serviços de suporte (cozinha, transportes e lavandaria), serviços transversais e que têm impactos nas respostas sociais da Instituição, convém enfatizar que os níveis de cumprimento destes objetivos foram parcialmente atingidos.

Na cozinha, foram registados 8 não conformidades, evidenciando-se uma diminuição das mesmas, comparativamente com 2017 (menos nove) e com 2016 (menos sete).

No que concerne à satisfação global clientes com estes serviços, os resultados apurados evidenciam que os clientes estão efetivamente satisfeitos com os serviços prestados, uma vez que a média de satisfação, no âmbito deste processo, se situa no nível 4,68, considerado um nível Muito Bom. Destaca-se pela positiva estes resultados, visto estarmos a falar de um universo global de clientes muito significativos que têm acesso diário e contínuo aos serviços, exigindo muito rigor, profissionalismo e foco constante por parte dos colaboradores implicados.

Igualmente, a avaliação efetuada aos fornecedores (média 4.92), mostrou que estes são, na sua maioria, favoráveis para o fornecimento de produtos e serviços de que a instituição necessita para o desenvolvimento da sua atividade. A média manteve-se igual aos dois anos transatos.

Existem um outro conjunto de objetivo anuais que serão identificados em novos Planos de Ação, pois necessitam de mais tempo para serem cumpridos. Por exemplo, a aplicação das diversas Plataformas Informáticas junto da Formação Profissional, do Centro de Dia e da ERPI precisam de ganhar outros níveis de aplicação e concretização, estando em crer que haverá outros ganhos, em termos de eficiência e eficácia dos serviços.

Nos domínios das campanhas de sensibilização ambiental, a Instituição necessita de dar exemplos cada vez mais tangíveis e ambiciosos numa época em as temáticas associadas ao clima estão na ordem do dia. A própria aposta em energias renováveis, como seja a solar e a elétrica podem ser passos sustentáveis no futuro da Instituição a médio e a longo prazo.

Quanto a melhorar a divulgação das atividades e serviços da instituição, o objetivo também está parcialmente cumprido, havendo necessidade de encontrar outros caminhos mais criativos e profissionalizados. Consolidou-se a Revista VIDA SOLIDARIEDADE SARDOURA que possibilitará aos associados, periodicamente, serem conhecedores de toda a atividade desenvolvida pela entidade. Da mesma forma, e em tempo útil, os interessados poderão continuar a consultar a página do CSSMS agora disponível na Internet.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva nº 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

Em síntese e depois de analisados em detalhe todos os documentos relacionados com a monitorização e avaliação do Plano de Ação e Orçamento para 2018 (encontram-se em pasta própria), abarcando todos os serviços e respostas sociais da Instituição, conclui-se que:

- Os resultados são francamente favoráveis sendo que, em todas as respostas/serviços, o nível de satisfação variou entre 4- Muito Satisfeito/Concordo Muito e 5 – Totalmente Satisfeito/Concordo Totalmente e os relativos à Formação profissional, varia entre os níveis 5 – Muito Bom e 6 – Excelente, nas diferentes tipologias, numa escala de 1 a 6 (quer ao nível do desenvolvimento da formação, da organização e meios disponibilizados, quer relativa à intervenção do formador);
- Por outro lado, não houve desistências por insatisfação com o serviço, nem reclamações, tendo em conta o universo global dos/as clientes pelo que se consideram evidências de satisfação dos clientes para com os serviços. A par disso, a procura do serviço, refletida na dinâmica constante de integrações ao longo do ano e na lista de espera existente em algumas respostas, permite-nos igualmente concluir que os serviços estão a ser prestados eficazmente, de acordo com as normas e procedimentos definidos na política da qualidade, indo de encontro às necessidades da população. Podemos concluir, que em 2018 obteve-se uma taxa de execução superior a 90 % de execução dos serviços contratualizados pelos diferentes serviços.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n° 504 650 939

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2018

CONTAS

Ano de 2018

A contabilidade foi processada informaticamente de acordo com as normas contabilísticas de relato financeiro para as ESNL – entidades setor não lucrativo. A Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018, que compreendem o Balanço em 31 dezembro de 2018, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os respetivos anexos, não apresenta quaisquer reservas.

Pessoal ao Serviço

Durante o exercício estiveram ao serviço do CSSMS, cerca de 159 trabalhadores/as:

- Cozinheira chefe;
- Ajudantes de cozinha;
- Auxiliares de serviço geral;
- Encarregado/a de serviço doméstico;
- Ajudantes de lar;
- Motoristas;
- Escriturários/as;
- Professores/as;
- Educadoras de Infância;
- Ajudantes de ação educativa;
- Ajudantes de ação direta;
- Coordenadores/as Técnico - Pedagógicos e Financeiros;
- Monitores/as;
- Gestor e Técnico Oficial de Contas;
- Economista;
- Psicólogas;
- Socióloga;
- Advogado;
- Técnicas Superiores de Serviço Social;
- Animadoras socioculturais e culturais;
- Médico;
- Nutricionista;
- Enfermeiras;
- Mediadores/as;
- Formadores/as internos/as;
- Estagiários;
- Voluntários e outro pessoal inserido em programas ocupacionais;
- Colaboradores/as externos;

A esta equipa acrescem os/as formadores/as externos que asseguram o desenvolvimento da monitoragem formativa. Complementarmente o CSSMS contou com a colaboração de vários/as técnicos/as para coordenação nas diversas áreas de atuação.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva nº 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

Ativo Não Corrente

1.ACTIVO

Ativos fixos tangíveis

Terrenos, Edifícios, equipamento básico, equipamento de transporte, equipamento administrativo, ferramentas e utensílios.

As depreciações acumuladas estão refletidas nesta rubrica.

Ativos fixos intangíveis

Reconhece o direito de superfície cedido pela CMCP e software informático.

As depreciações acumuladas estão refletidas nesta rubrica.

Investimentos financeiros

Investimentos quer no capital social de outras empresas quer para a cobertura de resultados, Fundos Compensação do Trabalho, Fundo de Reestruturação do Setor Solidário e participação de capital na Cooperatipaiva CRL.

Ativo Corrente

Inventários: mercadoria em armazém para o desenvolvimento dos serviços prestados pelo CSSMS em 31-12-2018 comunicada à AT.

Créditos a Receber: Valores a receber da CMCP, Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Junta de Freguesia de São Martinho de Sardoura, Segurança Social (Cantinas Sociais e POAPMC), IEFP (Estágios Profissionais, CEI, CEI+, Medidas de Acompanhamento Pós Colocação, Formação Profissional), Devedores Diversos, ACICP, Clientes.

Estado e Outros Entes Públicos: valor relativo ao IVA a recuperar decorrente dos pedidos normais à Segurança Social / AT.

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros: valores de quotas de associados em débito e outras operações de tesouraria.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n.º 504 650 939

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018

Diferimentos: Valores a reconhecer como custos em exercícios posteriores.

Caixa e Depósitos Bancários: valor em caixa e saldos credores dos depósitos bancários.

2.FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

Fundos Patrimoniais

Fundos: valor equivalente ao capital social.

Resultados Transitados: resultados transitados de exercícios anteriores.

Ajustamentos / Outras variações de fundos patrimoniais: direito de superfície, diferenças de conversão nas demonstrações financeiras e subsídios ao investimento.

Resultado Líquido do Exercício: valor positivo gerado no exercício financeiro de 2018.

Passivo

Passivo não Corrente

Financiamentos obtidos: valores em débito do empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola para a construção da empreitada de Lar para Idosos e Creche, de um veículo de transporte e empréstimo da Direção para reforço da tesouraria. Foi deduzido o valor das despesas bancárias em perspetiva para o ano de 2019 relativas aos referidos empréstimos, nomeadamente 50 242, 20€ e 5 755,08€.

Passivo Corrente

Fornecedores: dívidas correntes aos fornecedores em geral.

Estado e Outros Entes Públicos: retenções de impostos e contribuições para a segurança social dos funcionários, não em mora.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n.º 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

Financiamentos Obtidos: valores utilizados nas contas correntes caucionadas, saldos devedores na banca. Foi acrescido a valor deduzido nos financiamentos obtidos (passivo não corrente), nomeadamente o valor das despesas bancárias em perspetiva para o ano de 2019 relativas aos referido empréstimos, nomeadamente 50 242, 20€ e 5 755,08€.

Diferimentos: traduzem-se em rendimentos a reconhecer para formação profissional, estágios profissionais, estímulo à contratação, entre outros...

Outros Passivos Correntes: despesas e encargos com pessoal relativas a dezembro de 2018, fornecedores de investimentos, credores diversos.

3.RENDIMENTOS

Vendas e Serviços Prestados

Comparticipações privadas dos utentes das várias respostas sociais da entidade, bem como, vendas das oficinas tradicionais, quotas e prestação de serviços de formação profissional.

Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Rendimentos, atribuídos no âmbito das seguintes atividades:

- CATL
- Creche
- Serviço de Apoio ao domicílio
- Centro de dia
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Cantinas sociais
- Prolongamento escolar
- Marchas Infantis
- Atividades de enriquecimento curricular
- Refeições escolares



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n.º 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

- Concursos – Rotunda Natal
- Estágios profissionais
- Contrato de emprego inserção
- Contrato de emprego inserção +
- Medida Reativar
- Formação profissional
- Sicad – projeto PTV
- Programa Operacional de Ajuda às Pessoas Mais Carenciada (POAPMC)
- Donativos

Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos realizados e materiais aplicados pelo pessoal da Instituição e em benefício desta, nomeadamente obras de restauração e ampliação de espaços destinados a estufa / espaços afins e campo de jogos.

Aumentos / Reduções de Justo Valor

Valorização dos FCT - fundos de compensação do trabalho.

Outros Rendimentos ou Ganhos

Evidencia o valor de descontos de pronto pagamentos obtidos, indemnizações por sinistros ocorridos, consignação de IRS, imputação de subsídios para investimento (Programa Pares, Mases, e direito de superfície), descontos comerciais e devolução de materiais, correções relativas a períodos anteriores (...).



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n° 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

4. GASTOS

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Refere-se ao custo das mercadorias consumidas (géneros alimentares) para a prestação das diferentes respostas sociais da entidade.

Fornecimento de Serviços Externos

Reportam-se às despesas de funcionamento do CSSMS para desenvolvimento das suas respostas sociais, serviços/atividades e projetos formativos e sociais, como por exemplo, combustíveis, outros fluidos, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, livros e documentação técnica, material de escritório, rendas e alugueres, comunicação, seguros, honorários, contencioso e notariado, conservação (edifício, veículos de transporte), limpezas, materiais didáticos de desgaste rápido, vigilância e segurança, encargos com formandos/as, monitoragem de ações formativas.

Gastos com o Pessoal

Vencimentos do pessoal afeto à instituição, estágios e programas ocupacionais, respetivos encargos sociais, fundos de compensação, seguros contra acidentes de trabalho e medicina, higiene e segurança no trabalho, entre outros.

Outros Gastos e Perdas

Refere-se essencialmente a correções do exercício anterior, donativos a beneficiários/as das oficinas tradicionais e outras instituições, multas não fiscais, taxas e outros gastos e perdas de financiamentos obtidos, entre outros.

Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização

Apresentam o valor das amortizações exercício de 2018.

Juros e Gastos Similares Suportados

Juros e outras despesas bancárias suportadas.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n° 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

5. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

No presente exercício económico foi apurado um resultado contabilístico positivo no valor de **458,46€** (quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos) ao qual se propõe uma aplicação em Resultados Transitados.

6. PERSPETIVAS FUTURAS

Perspetiva-se para o ano de 2019 um crescimento ao nível da execução de projetos formativos e sociais, bem como o reforço e expansão da área de intervenção para novos territórios, nomeadamente o concelho de Arouca e reforço interventivo na freguesia da freguesia das Termas de São Vicente, concelho de Penafiel.

A aposta na área da saúde e violência de género serão respostas inovadoras que a entidade pretende implementar.

A Pastelaria / Padaria Social continuará a ser um espaço para convívio do pessoal da instituição, utentes e associados/as, bem como, um espaço fundamental e de extrema importância para o desenvolvimento de projetos formativos nestas áreas e outras afins.

Apostaremos na criação de novos espaços de formação, no interior da IPSS, que possibilitem a concentração de serviços e a criação de emprego em áreas como a carpintaria e a mecânica, entre outras; bem como de um armazém amplo para acondicionamento de géneros alimentares, E um espaço de garagem para guarda dos equipamentos de transporte.

Aguardaremos com atenção a abertura de candidaturas para o alargamento da ERPI – Estrutura Residencial Para Idosos, não descurando a Candidatura para a Constituição das ELI – Equipas Locais de Intervenção na área da Intervenção Precoce e a intenção de candidatura apresentada ao ISS I.P para financiamento do CAARPD, já em funcionamento na instituição, ambas no âmbito do PROCOOP.



CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva nº 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

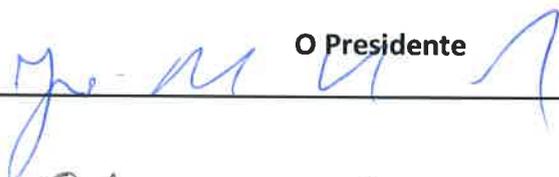
É intenção, também do CSSMS, alargar os espaços destinados à cozinha principal, cujo projeto de arquitetura esta concluído.

Em 2019 o Centro Social de Santa Maria de Sardoura, continuará apostar no trabalho para a inclusão social, na qualificação dos serviços e formação profissional dos/ trabalhadores/as e comunidade em geral, bem como na empregabilidade local.

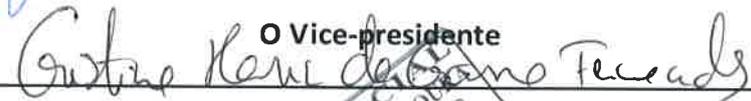
Santa Maria de Sardoura, 30 de abril de 2019.

A Direção

O Presidente



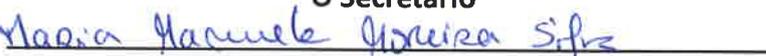
O Vice-presidente



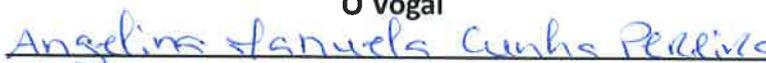
O Tesoureiro

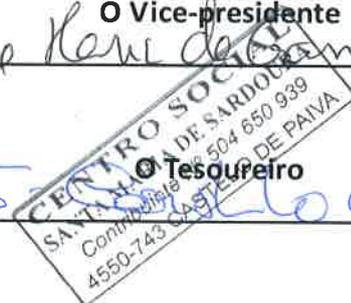


O Secretário



O Vogal







CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

Quinta da Devesa

4550 Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva

Pessoa coletiva n° 504 650 939

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2018**

Handwritten signature and date:
2018
2018

Anexos

- Balanço, Demonstrações Financeiras e Anexos
 - Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
 - Certificação Legal das Contas

CENTRO SOCIAL SANTA MARIA DE SARDOURAQuinta da Devesa - 4550-743 Santa Maria de Sardoura - Castelo de Paiva
Pessoa Colectiva nº 504 650 939**BALANÇO**

31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez 2018	31 dez 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		823.275,82	875.428,31
Ativos intangíveis		151.569,78	157.165,97
Investimentos financeiros		26.083,96	22.360,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	36.720,00
		<u>1.000.929,56</u>	<u>1.091.674,43</u>
Ativo corrente			
Inventários		16.105,98	8.215,97
Créditos a receber		9.228.683,91	3.687.432,19
Estado e outros entes públicos		19.227,79	20.721,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		8.445,00	-
Diferimentos		27.195,27	-
Caixa e depósitos bancários		141.312,50	154.444,61
		<u>9.440.970,45</u>	<u>3.870.813,80</u>
Total do ativo		<u>10.441.900,01</u>	<u>4.962.488,23</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		27.983,03	27.983,03
Reservas		-	-
Resultados transitados		1.839,88	145.925,69
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		199.578,08	253.590,88
		<u>229.400,99</u>	<u>427.499,60</u>
Resultado líquido do período		458,46	1.564,10
Total dos fundos patrimoniais		<u>229.859,45</u>	<u>429.063,70</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		560.819,62	1.093.053,96
Outras dívidas a pagar		-	-
		<u>560.819,62</u>	<u>1.093.053,96</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		385.068,94	215.807,56
Estado e outros entes públicos		49.358,80	45.373,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		642.788,82	-
Diferimentos		8.211.345,15	3.028.225,58
Outros passivos correntes		362.659,23	150.964,04
		<u>9.651.220,94</u>	<u>3.440.370,57</u>
Total do passivo		<u>10.212.040,56</u>	<u>4.533.424,53</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>10.441.900,01</u>	<u>4.962.488,23</u>

O Contabilista Certificado

NIF 211 573 213
TCC 35746
António Rocha, Dr.

A Direção

7.11.18

CENTRO SOCIAL
SANTA MARIA DE SARDOURA
 Contribuinte nº 504 650 939
 4550-743 CASTELO DE PAIVA

CENTRO SOCIAL SANTA MARIA DE SARDOURAQuinta da Devesa - 4550-743 Santa Maria de Sardoura - Castelo de Paiva
Pessoa Colectiva nº 504 650 939**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Período findo em 31 de dezembro de 2018

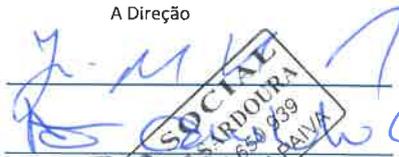
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		678.271,27	732.634,37
Subsídios, doações e legados à exploração		4.286.940,08	3.853.270,41
Variacão nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		71.377,44	34.375,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(295.792,53)	(300.684,99)
Fornecimentos e serviços externos		(2.658.325,89)	(2.355.280,97)
Gastos com o pessoal		(1.919.512,53)	(1.793.284,40)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		1.324,18	-
Outros rendimentos		82.900,11	129.189,26
Outros gastos		(67.716,90)	(117.084,48)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		179.465,23	183.134,69
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(131.972,01)	(144.861,06)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47.493,22	38.273,63
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		(47.034,76)	(36.709,53)
Resultado antes de impostos		458,46	1.564,10
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		458,46	1.564,10
Resultado por ação básico		0,00	0,00

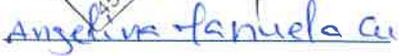
O Contabilista Certificado

NIF 211 573 213
TOC 35746

António Rocha, Dr.

A Direção



 António Rocha, Dr.

 António Rocha, Dr.



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Período findo em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	Fundos Patrimoniais						Total Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedente técnico	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajust./outras variações nos fundos próprios		Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2018	1	27.983,03	-	-	145.925,69	-	253.590,88	1.564,10	429.063,70	429.063,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios	2	-	-	-	(144.085,81)	-	-	(1.564,10)	(145.649,91)	(145.649,91)
	3	-	-	-	(144.085,81)	-	-	(1.564,10)	(145.649,91)	(145.649,91)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								458,46	458,46	458,46
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							(1.105,64)	(145.191,45)	(145.191,45)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Fundos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	(54.012,80)	-	(54.012,80)	(54.012,80)
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	(54.012,80)	-	(54.012,80)	(54.012,80)
Posição em 31 de dezembro de 2018	6=1+2+3+5	27.983,03	-	-	1.839,88	-	199.578,08	458,46	229.859,45	229.859,45

O Contabilista Certificado
NIF 211 576 213
TOG 35746
António Rocha, Dr.

A Direção
Gusky

AS - Conselho de A.M.

CENTRO SOCIAL
SANTA MARIA DE SARDOURA
 Contribuinte Nº 504 650 939
 4550-743 CASTELO DE PAIVA

*Maria da Graça Gomes
 Angelina + Manuel + Ambr Pereira*

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		410.791,07	482.539,40
Pagamentos de subsídios		2.616.988,70	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamentos a fornecedores		(1.194.925,07)	(1.116.907,91)
Pagamentos ao pessoal		(1.805.976,74)	(1.017.108,51)
Caixa gerada pelas operações		26.877,96	(1.651.477,02)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	5.790,05
Outros recebimentos/pagamentos		(74.271,66)	1.791.252,15
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(47.393,70)	145.565,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9.820,65)	(74.839,90)
Ativos intangíveis		-	(5.264,89)
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(9.820,65)	(80.104,79)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		105.904,80	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(60.689,19)
Juros e gastos similares		(61.822,56)	(35.939,15)
Dividendos		-	-
Reduções de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		44.082,24	(96.628,34)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(13.132,11)	(31.167,95)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		154.444,61	185.612,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	141.312,50	154.444,61

O Contabilista Certificado nº 213

TCC 35746

António Rocha, Dr.

A Direção

Handwritten signature and stamp:
CENTRO SOCIAL SANTA MARIA DE SARDOURA
 Pessoa Colectiva nº 504 650 939
 Quinta da Devesa - Castelo de Paiva
 Maria Manuel Loureiro Sifo
 Angélica Manuela Cunha Pereira



ANEXO

1. Identificação da entidade

O Centro Social de Santa Maria de Sardoura (“Centro” ou “CSSMS”) é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos constituída em 2000, com sede social na Quinta da Devesa, Santa Maria de Sardoura – Castelo de Paiva, e tem como objetivo a ação social, pautada pelos princípios orientadores da economia social, contribuindo para a promoção da população e permitindo, assim, a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Centro e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais do Centro, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho do Centro, foi utilizada a norma que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que o Centro se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram a NCRF – ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2012 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações do Centro e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade do Centro que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base duodecimal, de acordo com as vidas úteis estimadas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos intangíveis

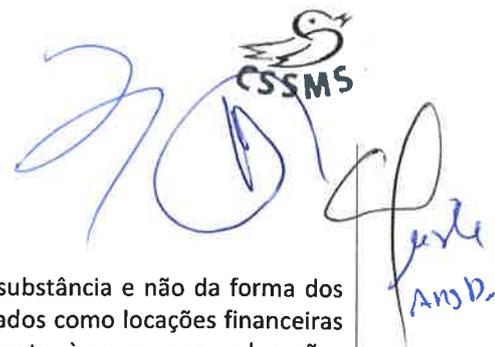
Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Centro, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis em curso representam ativos em fase de desenvolvimento ou de instalação (programas informáticos), encontrando-se registados ao custo de produção/aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os dispêndios com desenvolvimento para as quais o Centro demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".



The image shows a handwritten signature in blue ink, which appears to be 'J. Costa' or similar, written over a logo. The logo consists of a stylized bird or figure above the letters 'CSSMS'. The signature is written in a cursive style.

c) **Loações**

A classificação das loações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que o Centro age como locatário são classificados como loações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como loações operacionais, se tal não acontecer.

Nas loações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas loações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) **Investimentos financeiros**

Os investimentos noutras entidades encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados, como rendimento do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) **Imparidade de ativos**

O Centro avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.



Handwritten signature in blue ink and the logo of Centro Social de Santa Maria de Sardoura (CSSMS) featuring a bird.

pl
ANJ

f) **Inventários**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio. No entanto, se o seu valor for reduzido, designadamente devido a deterioração ou obsolescência, ao aumento dos custos de acabamento, ou ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão de produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, e desde que tal se traduza na realização de margens negativas nesses produtos, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são identificadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os gastos relativos aos inventários consumidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

O Centro utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

g) **Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

h) **Instrumentos financeiros**

i) Dívidas de terceiros/ Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

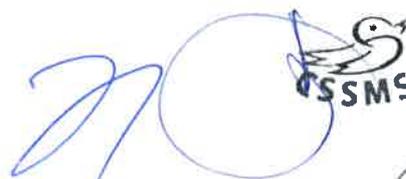
As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Centro tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que o Centro tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo os reforços reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten date: 11/3/18]

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, que não vencem juros, são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de um Centro após a dedução de todos os seus passivos.

v) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

vi) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

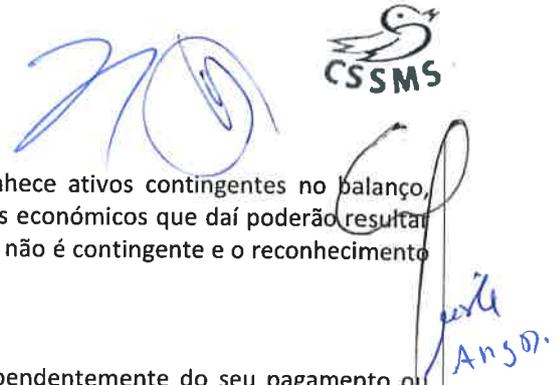
Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica "Outros ativos financeiros", correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho. Em cada data de relato, o montante acumulado das entregas é mensurado ao justo valor, com contrapartida em resultados.

i) **Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Centro como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à



possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Centro não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) **Regime de acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar ou Diferimentos.

k) **Rédito**

O rédito relativo a venda de bens, prestação de serviços, juros e dividendos, decorrentes da atividade ordinária do Centro, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente à venda de bens e prestação de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o Centro e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas de bens são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método da percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso da prestação de serviços continuados, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

l) **Subsídios, doações e legados à exploração**

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Centro cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".



As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido um acréscimo dos fundos patrimoniais, garantido o balanceamento com os gastos respetivos.

m) **Imposto sobre o rendimento do período**

O Centro está isento de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das actividades desenvolvidas no âmbito do seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange portanto os rendimentos resultantes de actividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários. Nesta caso, o Centro encontra-se sujeito à taxa de IRC de 21%, sobre o rendimento global, de acordo com o art.º 53.º do CIRC.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de doze anos após a sua ocorrência, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados, com o limite de 70% de lucro tributável.

Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

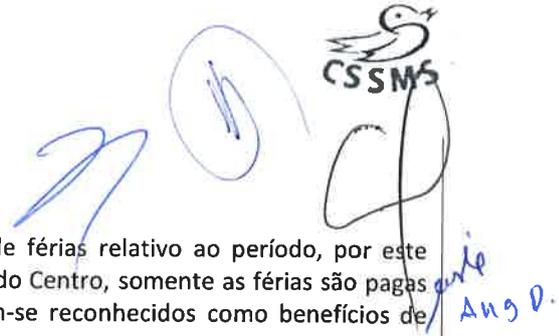
O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos fundos patrimoniais, o efeito fiscal é também reconhecido nos fundos patrimoniais, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Nos termos da NCRF-ESNL, o imposto sobre o rendimento do período corresponde apenas ao imposto a pagar, não sendo reconhecidos impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias.

n) **Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com



o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano. No caso do Centro, somente as férias são pagas durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral do Centro quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras do Centro. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

p) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. O Centro classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Entidades participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL, a Direção do Centro utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem:

- Definição das vidas úteis dos ativos tangíveis; e
- Reconhecimento de perdas por imparidade em clientes, utentes e outras contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível do Centro no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. Excepcionalmente, foram reconhecidas imparidades sobre quantia escriturada de clientes, utentes e outros créditos a receber, no montante de cerca de vinte e cinco mil euros, bem como o reconhecimento de dívidas a pagar, relativas ao direito a férias, no montante de cerca de cento e vinte e três mil euros.

Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada a posição financeira e o desempenho do Centro.

4. Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

O Centro deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	10 – 50	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	5 – 16	6,25% - 25,00%
Equipamento de transporte	4 – 8	12,50% - 25,00%
Equipamento administrativo	4 – 8	12,50% - 25,00%
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 20	5,00% - 25,00%

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)



Handwritten signature and date: 2018 Ano

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2018								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2017	2.584,52	1.391.409,62	296.150,09	309.944,67	74.940,98	42.854,81	-	2.117.884,69
Adições	-	-	56,40	-	-	204,97	-	261,37
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	71.377,44	-	-	-	-	-	71.377,44
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	2.584,52	1.462.787,06	296.206,49	309.944,67	74.940,98	43.059,78	-	2.189.523,50
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2017	-	(600.638,77)	(264.350,37)	(259.682,73)	(74.602,71)	(40.597,28)	-	(1.239.611,86)
Adições	-	(96.462,84)	(5.867,21)	(22.445,65)	(562,70)	(1.037,42)	-	(386.058,55)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	(697.101,61)	(270.217,58)	(282.128,38)	(75.165,41)	(41.634,70)	-	(1.365.987,68)
QUANTIA ESCRITURADA	2.584,52	765.685,45	25.988,91	27.816,29	-224,43	1.425,08		823.275,82

2017								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2016	2.584,52	1.317.132,82	273.478,85	266.262,08	74.940,98	42.854,81	-	1.977.254,06
Adições	-	7.505,50	22.671,24	43.682,59	-	204,97	-	74.064,30
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	66.771,30	-	-	-	-	-	66.771,30
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	2.584,52	1.391.409,62	296.150,09	309.944,67	74.940,98	43.059,78	-	2.118.089,66
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2016	-	(511.830,89)	(233.373,49)	(231.812,08)	(64.154,12)	(36.760,91)	-	(1.077.931,49)
Adições	-	(88.807,88)	(30.976,88)	(27.870,65)	(10.448,59)	(3.836,37)	-	(161.940,37)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	(600.638,77)	(264.350,37)	(259.682,73)	(74.602,71)	(40.597,28)	-	(1.239.871,86)
QUANTIA ESCRITURADA	2.584,52	790.770,85	31.799,72	50.261,94	338,27	2.462,5		878.217,80

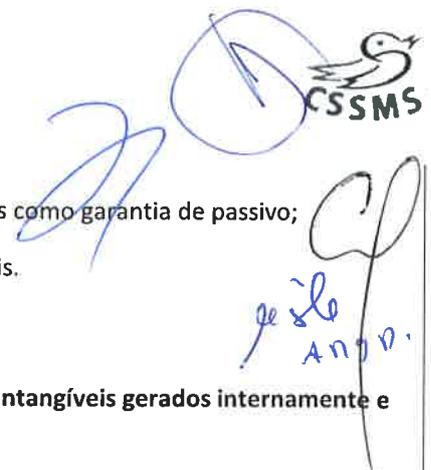
4.2. Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Bens	TOTAL
Bens do património histórico	-
Bens do património artístico	-
Bens do património cultural	-
TOTAL	-

4.3. Restrições, garantias e compromissos:

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)



- a) Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivo;
- b) Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

5. Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis – Gerados internamente	Vida útil	Taxa de amortização
Software de computadores	-	-
Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial	-	-
Modelos, conceções e protótipos	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-
Ativos intangíveis – Outros		
Ativos intangíveis – Outros	Vida útil	Taxa de amortização
Software de computadores	6	16,67%
Licenças e franquias	-	-
Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial	50	2,00%
Ativos intangíveis em desenvolvimento	-	-

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as vidas úteis estimadas.
- c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantia escriturada bruta	Amort. e perdas por imparidade	Quantia escriturada bruta	Amort. e perdas por imparidade
Ativos intangíveis – Outros				
Software de computadores	5.264,89	(3.509,58)	5.264,89	(1.754,79)
Licenças e franquias	-	-	-	-
Copyrights, patentes e outros direitos	192.069,87	(42.255,40)	192.069,87	(38.413,97)
Ativos intangíveis em desenvolvimento	-	-	-	-
TOTAL	197.334,76	(45.764,98)	197.334,76	(40.168,76)

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

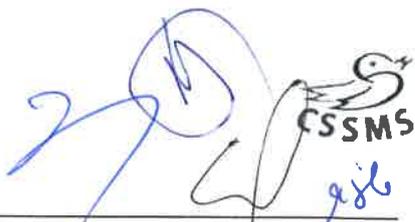
Amortizações do período – Outros	2018	2017
Software de computadores	1.754,79	1.754,79
Licenças e franquias	-	-
Copyrights, patentes e outros direitos	3.841,40	3.841,40
Ativos intangíveis em desenvolvimento	-	-
TOTAL	5.596,19	5.596,19

- e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2018 e 2017 são os que se seguem:

	2018						
	Goodwill	Projetos desenv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros at. intangíveis	Investimentos em curso	TOTAL

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)


 CSSMS
 2018
 2018

QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:						
Saldo em 31.12.2017	-	-	5.264,89	192.069,87	-	197.334,76
Adições	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	-	5.264,89	192.069,87	-	197.334,76
Saldo em 31.12.2017	-	-	(1.754,79)	(38.414,00)	-	(40.168,79)
Adições	-	-	(1.754,79)	(3.841,40)	-	(5.596,19)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	-	(3.509,58)	(42.255,40)	-	(45.764,98)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	1.755,31	149.814,47	-	151.569,78

	2017						TOTAL
	Goodwill	Projetos desenv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros at. intangíveis	Investimentos em curso	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 31.12.2016	-	-	-	192.069,87	-	-	192.069,87
Adições	-	-	5.264,89	-	-	-	5.264,89
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	-	5.264,89	192.069,87	-	-	197.334,76
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2016	-	-	-	(34.572,60)	-	-	(34.572,60)
Adições	-	-	(1.754,79)	(3.841,40)	-	-	(5.596,19)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	-	(1.754,79)	(38.414,00)	-	-	(40.168,79)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	3.510,10	153.655,87	-	-	157.165,97

5.2. Restrições, garantias e compromissos:

- Não existem restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivo;
- Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis.

6. Inventários

6.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

O Centro valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

6.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Inventários	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	16.105,98	8.215,97

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Adiantamentos por conta de compras

Perdas por imparidade

TOTAL	16.105,98	8.215,97
--------------	------------------	-----------------

6.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

	2018		2017	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	8.215,97	-	23.997,63	-
Perdas por imparidade em inventários	-	-	-	-
Compras	303.682,54	-	293.119,30	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-
Inventário final	(16.105,98)	-	(8.215,97)	-
GASTO DO PERÍODO	295.792,53	-	308.900,96	-

7. Rendimentos e gastos

7.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O Centro reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Venda de bens** – reconhecidos quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Centro e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- b) **Prestação de serviços** – reconhecidos com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) **Juros** – reconhecidos pelo método do juro efetivo;
- d) **Dividendos** – reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do sócio receber o pagamento.

7.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos e gastos:

Rendimentos	2018	2017
Venda de bens	8.132,62	3.600,50
Prestação de serviços	670.138,65	729.033,87
Donativos	22.788,07	16.451,56
Subsídios do Estado e outros entes públicos	4.264.152,01	3.853.270,41
Imputação de subsídios para investimentos	54.012,80	54.012,40
Outros	28.879,71	75.157,80
TOTAL RENDIMENTOS	5.048.103,86	4.731.526,54

Gastos	2018	2017
Fornecimentos e serviços externos	2.658.325,89	2.355.280,97
Gastos com pessoal	1.919.512,53	1.793.284,40
Gastos de depreciação e de amortização	131.972,01	144.861,06
Donativos	27.682,90	26.126,84
Juros suportados	49.824,22	35.944,53
Juros de mora	4.195,45	5,38
Outros	30.979,61	35.933,77
TOTAL GASTOS	4.822.492,61	4.391.436,95



CSSMS

602
ANSD

8. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Política contabilística adotada

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Centro cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornarem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais. Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

8.2. Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou

Descrição	Natureza	31.12.2018		31.12.2017		Demonstração dos resultados
		Fundos patrimoniais	Passivo	Fundos patrimoniais	Passivo	
Infância e Juventude	Relacionado com rendimentos	-	-	125.458,32	-	122.532,87
Família e Comunidade	Relacionado com rendimentos	-	-	500.675,88	-	554.899,65
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	Relacionado com rendimentos	-	-	84.775,83	-	90.158,42
IEFP	Relacionado com rendimentos	-	-	1.985.342,31	-	2.683.286,08
Pelos trajetos da vida	Relacionado com rendimentos	-	-	21.930,84	-	56.781,78
Poise-3.03 Formações Modulares DLD	Relacionado com rendimentos	-	-	169.957,14	-	97.110,71
POCH- Cursos Aprendizagem 2017	Relacionado com rendimentos	-	-	-	-	248.500,90
MAI SEF- Refugiados	Relacionado com rendimentos	-	-	6.834,00	-	-
POISE - 3.01 Qualificação de Pessoas c/ defic.	Relacionado com rendimentos	-	-	784.767,86	-	-
Poise - 3.05 Capacitação para a Inclusão	Relacionado com rendimentos	-	-	227.684,23	-	-
Poise - 1.08 Formação modular para empregado	Relacionado com rendimentos	-	-	23.429,27	-	-
POCH- Cursos Aprendizagem 2018	Relacionado com rendimentos	-	-	243.146,98	-	-
Vida Ativa - 2018	Relacionado com rendimentos	-	-	16.834,52	-	-
Formações Modulares para	Relacionado com rendimentos	-	-	5.179,82	-	-

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)

2018
C.S.S.M.S.
ANEXO

Empregados						
Distribuição de Géneros Alimentares e/ou de Bebidas	Relacionado com rendimentos	-	-	13.595,36	-	-
Pelos trajetos da Vida 2018	Relacionado com rendimentos	-	-	54.539,65	-	-
Programa Pares	Relacionado com ativos	46.325,60	-	46.325,60	-	-
CLD s	Relacionado com ativos	553,49	-	-	-	-
ISS IP- Programa Mases	Relacionado com ativos	-	-	3.845,80	-	-
TOTAL		46.879,09	-	4.314.323,41	-	3.853.270,41

8.3. Natureza e extensão das doações reconhecidas nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou

Descrição	31.12.2018			31.12.2017		
	Fundos patrimoniais	Passivo	Demonstração dos resultados	Fundos patrimoniais	Passivo	Demonstração dos resultados
Donativos	-	-	22.788,07	-	-	16.451,56
Doações – direito de superfície	152.398,99	-	3.841,40	156.240,39	-	3.841,40
TOTAL	152.398,99	-	26.629,47	156.240,39	-	20.292,96

9. Impostos sobre o rendimento

9.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos / Rendimentos	2018	2017
Imposto corrente	-	-
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	-	-

10. Instrumentos financeiros

10.1. Bases de mensuração

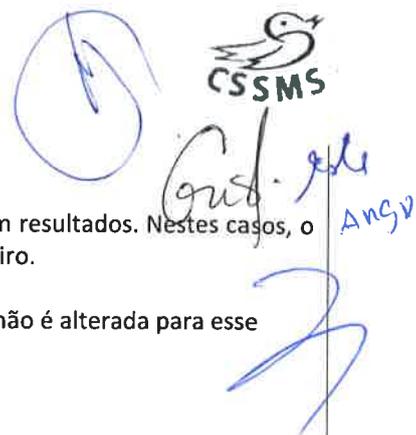
É política do Centro reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Centro mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)



Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, o Centro não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto o Centro for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

10.2. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Ativo financeiros	31.12.2018	31.12.2017
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	3.723,81	-
TOTAL	3.723,81	-

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

	31.12.2018		31.12.2017	
	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada
Quotas	20.475,00	(12.030,00)	36.720,00	-
FUNDADORES/PATR./DOADORES/MEMBROS	20.475,00	(12.030,00)	36.720,00	-
Clientes e Utentes	40.500,82	(12.854,07)	33.368,02	-
ACICP – Formação Profissional	92.900,00	-	78.306,00	-
Outros devedores				
Órgãos Públicos – Câmara Municipal e Juntas	15.336,19	-	36.385,80	-
Instituto de Gestão da Segurança Social	34.318,93	-	20.712,98	-
IEFP	9.038.737,95	-	3.472.666,89	-
Família e Comunidade	10.618,85	-	23.681,29	-
Outros	9.125,24	-	22.311,21	-
CRÉDITOS A RECEBER	9.241.537,98	(12.854,07)	3.687.432,19	-

c) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos financeiros	2018			2017		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Fornecedores, c/c	385.068,94	-	385.068,94	215.807,56	-	215.807,56
FORNECEDORES	385.068,94	-	385.068,94	215.807,56	-	215.807,56
Empréstimos bancários	55.997,28	500.818,62	556.815,90	1.093.053,96	-	1.093.053,96
Contas correntes caucionadas	577.500,00	-	577.500,00	-	-	-
Descobertos bancários	9.291,54	-	9.291,54	-	-	-
Empréstimo – Direção	-	60.000,00	60.000,00	-	-	-
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	642.788,82	560.819,62	1.203.608,44	1.093.053,96	-	1.093.053,96
Fornecedores de investimento	12.138,32	-	12.138,32	23.363,83	-	23.363,83
Credores por acréscimos de gastos	123.350,36	-	123.350,36	-	-	-
Pessoal	105.456,35	-	105.456,35	91.741,81	-	91.741,81
Outros credores						
Formação Profissional	210.725,46	-	210.725,46	23.452,48	-	23.452,48
Pessoal - Prestação de Serviços	4.596,35	-	4.596,35	7.453,72	-	7.453,72
POAPMC	4.334,22	-	4.334,22	6.952,20	-	6.952,20
Outros	25.408,53	-	25.408,53	-	-	-
OUTROS PASSIVOS CORRENTES	486.009,59	-	486.009,59	152.964,04	-	152.964,04

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)

2018
Gustavo
ANSK

10.3. Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados

Ativos financeiros	31.12.2018		31.12.2017	
	Ganhos líquidos	Perdas líquidas	Ganhos líquidos	Perdas líquidas
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	1.324,18	-	-	-
TOTAL	1.324,18	-	-	-

10.4. Base de determinação do justo valor

Ativo financeiro	Base de determinação
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	Cotação de mercado das unidades de participação do Fundo

10.5. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Ativos financeiros	2018
Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços	
Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas	
Outros créditos	
Fundos subscritos e não realizados	
Diferimentos	
TOTAL	

10.6. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Passivos financeiros	2018
Empréstimos por obrigações	
Dívidas a instituições de crédito	
Adiantamentos recebidos sobre encomendas	
Dívidas por compras e prestações de serviço	
Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar	
Dívidas a entidades subsidiárias e associadas	
Outras dívidas	
Diferimentos	
TOTAL	

10.7. Montante do fundo patrimonial

A 31 de dezembro de 2018, o Centro detinha um fundo social de 27.983,03 euros, integralmente realizado.

11. Benefícios dos empregados

11.1. Número de empregados no período

Número de empregados	2018	2017
Início do período	147	130
Fim do período	159	155
Média do período	153	143

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)



Número de membros dos órgãos de direção

Número de membros dos órgãos de direção	2018	2017
Início do período	5	5
Fim do período	5	5
Média do período	5	5

11.2. Compromissos existentes em matéria de pensões

Não existem compromissos assumidos pelo Centro em matérias de pensões a 31 de dezembro de 2018.

11.3. Membros dos órgãos de direção

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos:

	2018	2017
Adiantamentos	-	-
Créditos concedidos	-	-
TOTAL	-	-

b) Remunerações:

	2018	2017
Salários		
Subsídios de refeição		
Outros		
TOTAL		

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção no dia 15 de maio de 2019. No entanto, os sócios poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

13. Divulgações exigidas por diplomas legais

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
O Centro não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
O Centro não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

14. Outras informações

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA

ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)



14.1. Operações contratadas com partes relacionadas

a) Quantias das operações e natureza da relação com a parte relacionada

Entidade	Natureza	2018	2017
Cooperatipaiva C.R.L.	Arrendamento	87.284,20	51.684,13

b) Outras informações – Operações contratadas com fundadores/doadores/associados/membros

Entidade	Natureza	2018	2017
----------	----------	------	------

14.2. Estado e outros entes públicos

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	-	-
Pagamentos por conta e Pagamentos adicional por conta	-	-
Retenções na fonte	-	-
Imposto estimado	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	19.227,79	20.721,03
TOTAL ATIVO	19.227,79	20.721,03

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	9.102,09	8.818,72
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança Social	39.969,15	36.355,83
Fundo de Compensação do Trabalho	-	-
Outras tributações	287,56	198,84
TOTAL PASSIVO	49.358,80	45.373,39

14.3. Fornecimentos e serviços externos

	31-12-2018	31-12-2017
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	201.952,58	100.991,46
Publicidade e propaganda	492,00	3.089,70
Vigilância e segurança	5.397,90	13.015,67
Honorários	499.913,47	458.258,27
Conservação e reparação	72.479,11	69.802,79
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	77.520,67	95.820,24
Livros e documentação técnica	-	1.394,90
Material de escritório	12.753,08	18.993,23
Artigos de oferta	1.272,65	1.328,65
Material consumido nas oficinas	-	177,12
Energia e fluídos		
Eletricidade	49.811,71	37.494,30
Combustíveis	141.650,41	124.376,25
Água	5.028,73	4.732,89
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	2.629,38	4.807,26
Transportes de pessoal	5.030,45	12.970,12
Transportes de mercadorias	1.365,30	159,67
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	282.463,19	309.320,00
Comunicação	17.074,14	17.884,35

CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA



ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018
(Montantes expressos em Euros)

Seguros	11.113,03	10.900,62
Contencioso e notariado	5.216,06	4.762,45
Despesas de representação	1.316,38	2.013,04
Limpeza, higiene e conforto	32.974,04	31.994,41
Outros serviços		
Formandos	1.203.005,40	1.007.714,49
Outros	27.866,21	23.279,09
TOTAL	2.658.325,89	2.355.280,97

O Contabilista Certificado

NIF 211 573 213
TQC 35740

António Rocha, Dr.

A Direção

[Handwritten signature]
Cristina Rosa da Costa Fernandes

[Handwritten signature]
Maria Helena Correia Siqueira

[Handwritten signature]
Angelina Isabela Cunha Pereira





**Centro Social Santa Maria de Sardoura
Quinta da Devesa - Sardoura**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2018

Nos termos do art.º 44 dos Estatutos do CSSMS – Centro Social de Santa Maria de Sardoura – o Conselho Fiscal reuniu na sede desta Instituição, para emitir o seu relatório e parecer sobre o relatório de atividades e as contas referentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018, que compreendem o Balanço em 31 dezembro de 2018, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os respetivos anexos, que não apresenta quaisquer reservas. Foi também posto à disposição do Conselho Fiscal o balancete geral e balancete por valências.

Do Relatório de Gestão consta uma caracterização das valências em funcionamento e descrição das atividades e projetos em curso, bem como uma perspetiva futura. As contas e anexos explicam, de forma elucidativa, as operações financeiras realizadas durante o ano de 2018 e que se resumem financeiramente nas referidas peças financeiras objeto de análise, nomeadamente no ativo, fundo patrimonial e passivo, rendimentos e gastos, alterações nos fundos patrimoniais e demonstração fluxo de caixa, do Centro Social de Santa Maria de Sardoura.

O Conselho Fiscal concluiu e verificou que a entidade vem acumulando, ao longo da sua atividade, resultados positivos que são em grande parte aplicados em investimentos e na continuação de criação de emprego. O ano em apreciação apresenta um resultado positivo de **458,46€** (quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e seis).

Esta análise das Certificação Legal das Contas do exercício de 2018 por parte do Conselho Fiscal incidiu especialmente na verificação da conformidade entre os valores dos documentos de apresentação de contas e os dos registos contabilísticos que lhe servem de apoio. A análise efetuada permite-nos concluir que as contas apresentadas estão em obediência com as disposições legais que lhe são aplicáveis e traduzem a verdadeira situação económica e financeira do Centro Social de Santa Maria de Sardoura à data de 31 de dezembro de 2018.

De acordo com o anteriormente referido, o Conselho Fiscal dá **parecer positivo** ao Relatório de Atividades e Contas do ano de 2018 e propõe à Assembleia geral a aprovação dos mesmos documentos de gestão e financeiros.

Santa Maria de Sardoura, 30 de abril 2019

O Conselho Fiscal

- Presidente -

Joaquim Ferreira do Carmo

Joaquim Ferreira do Carmo

- Vogal -

Cidália Maria Silva Rodrigues

- Vogal -

Augusto Silva Rodrigues

Augusto Silva Rodrigues



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de 10.441.900 euros e um total de fundo patrimonial de 229.859 euros, incluindo um resultado líquido de 458 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017 são apresentadas pela Entidade para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de prestação de contas, não tendo as mesmas sido objeto de Certificação Legal das Contas, uma vez que a Entidade não se encontrava a tal sujeita.

www.svtm.pt

Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.

Rua Silva Brinco, 148 | 4465-263 S. MAMEDE DE INFESTA

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 FAX: +351 22 903 93 73 EMAIL: geral@svtm.org

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Morais e Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- A avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

www.svtm.pt

Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.

Rua Silva Brinco, 148 | 4465-263 S. MAMEDE DE INFESTA

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 FAX: +351 22 903 93 73 EMAIL: geral@svtm.org

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Morais e Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de maio de 2019

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

www.svtm.pt

Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.

Rua Silva Brinco, 148 | 4465-263 S. MAMEDE DE INFESTA

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 FAX: +351 22 903 93 73 EMAIL: geral@svtm.org

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10,000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Morais e Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.